

PROMOÇÃO DA CULTURA DE PREVENÇÃO DE DESASTRES

Markus Vinicius Silveira¹
Christiano Cardoso²

RESUMO

O presente trabalho faz um estudo sobre a cultura de prevenção de desastres, abordando a percepção de riscos de desastres, a mobilização social, a evolução das diretrizes e políticas internacionais e nacionais relacionadas ao tema, bem como alguns projetos voltados à promoção da cultura de prevenção. O estudo foi elaborado por meio de pesquisa bibliográfica e documental, neste caso, utilizando normatização no âmbito internacional e nacional. Tal pesquisa possibilitou analisar a importância da mudança do foco das ações de Defesa Civil do pós para o pré-desastre, assim como a evolução da regulamentação envolvendo o tema. Em conclusão, foi verificada uma certa frequência na produção de projetos, com incentivo do Ministério da Integração e de órgãos de Defesa Civil, visando à promoção da cultura de prevenção, especialmente nas comunidades mais vulneráveis. Também foi percebida uma evolução das regulamentações internacionais e nacionais relacionadas a desastres, no sentido de dar maior enfoque às ações preventivas, particularmente em medidas não estruturais. Ainda assim, foi notado um atraso do Brasil em relação a outros países, no que diz respeito a políticas e legislações.

Palavras-chave: Cultura de Prevenção. Percepção de Risco. Programas.

1 Autor do artigo. Cadete do Centro de Ensino Bombeiro Militar do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Especialista em Gestão de Riscos e Eventos Críticos pelo Centro de Ensino Bombeiro Militar (2015). Graduado em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011). E-mail: vinicius.s@cbm.sc.gov.br.

2 Coautor do artigo. Major do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Especialista em Gestão Pública com Ênfase à Atividade de Bombeiro Militar pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2013). Graduado em Curso de Formação de Oficiais pelo Centro de Ensino da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (2000). E-mail: ccardoso@cbm.sc.gov.br.

1 INTRODUÇÃO

O gerenciamento de atividades envolvendo desastres vem sofrendo alterações evolutivas no decorrer da história. Após um longo período, onde se priorizavam as ações após o evento desastroso ter ocorrido, as autoridades competentes passaram a dar maior importância às ações pré-desastre, chegando ao modelo atual, o qual tem enfoque nas atividades de prevenção.

A prevenção de desastres consiste, principalmente, em medidas educativas e de conscientização, denominadas medidas não estruturais, que visam aumentar o conhecimento das pessoas sobre o risco de desastres, permitindo-lhes saber o que fazer e como agir nesse tipo de situação. Para que as ações de prevenção sejam efetivas na prática, é importante que se crie uma cultura de prevenção por parte de todos os envolvidos na gestão dos riscos de desastres, especialmente nas comunidades mais suscetíveis a danos e prejuízos, ou seja, vulneráveis a desastres.

O estudo se faz necessário em virtude do grande número de pessoas morando em áreas de risco no País, em especial em Santa Catarina, onde são recorrentes as ocorrências relacionadas a precipitações hídricas, como enchentes, inundações, enxurradas e movimentos de massa.

Este trabalho objetiva analisar a importância da cultura de prevenção de desastres para a gestão de risco de desastres, abordando as evoluções normativas e regulamentares acerca do tema, bem como programas voltados à promoção da cultura de prevenção. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental em obras e legislações atinentes, tratando, de forma sequencial, os tópicos: cultura de prevenção e percepção de risco de desastres, mobilização social, políticas e diretrizes relacionadas à prevenção de desastres e programas para a promoção da cultura de prevenção.

2 CULTURA DE PREVENÇÃO DE DESASTRES

Historicamente, as estratégias de enfrentamento de desastres têm sido embasadas em análises de eventos adversos. Para tanto, muito se utilizou das ciências exatas, visando o entendimento dos fenômenos, obtendo parâmetros como intensidades e frequências. No entanto, ao longo dos anos, a ideia de poder controlar as ameaças e minimizar os riscos utilizando o conhecimento produzido, juntamente com o desenvolvimento de novas tecnologias, não foi efetiva. Menos custoso e com melhores resultados têm se mostrado os projetos e programas que fomentam a participação organizada e ativa das comunidades em ações de gestão de riscos e desastres (FURTADO; LOPES, 2010).

2.1 CULTURA DE PREVENÇÃO E PERCEPÇÃO DE RISCO DE DESASTRES

Essa tendência pode ser percebida na atuação da Defesa Civil brasileira, a qual, no decurso dos anos, “concentrou-se nas ações desenvolvidas após o impacto do evento adverso, envolvendo o socorro, a assistência às pessoas atingidas e a reabilitação do cenário do desastre” (BRASIL, 2010). Entretanto, a nova abordagem das ações relacionadas a desastres tem como foco a concepção social:

Nessa perspectiva, os desastres são produtos e processos decorrentes da transformação e crescimento da sociedade, do modelo global de desenvolvimento adotado, dos fatores socioambientais relacionados a modos de vida que produzem vulnerabilidades sociais e, portanto, vulnerabilidade aos desastres. Incluem aspectos como pobreza, ocupação inadequada do solo, ocupação de áreas de risco, inexistência de equipamentos urbanos e insuficiência de políticas que atendam as necessidades da população. (BRASIL, 2010, p. 25)

De acordo com esse novo conceito, os moradores devem ser agentes ativos no processo de gestão de riscos e desastres, em especial, nas ações de prevenção. Assim, é necessário que seja fomentada uma cultura de redução de riscos nas comunidades. Segundo Guzi e Cartagena (2010), a cultura de risco de desastres pretende enfatizar os processos de prevenção e preparação, trabalhando a percepção de riscos como ponto chave na construção de comunidades mais seguras.

Ainda, acerca da cultura, Guzi e Cartagena (2010, p. 74) afirmam que esta:

[...] se caracteriza pela relação entre os indivíduos, o meio em que se inserem, as construções históricas por que passam, suas necessidades e satisfações, suas formas de organização em grupos e seus líderes, em uma constante e dinâmica evolução [...].

A cultura modifica o modo como se interpreta e percebe a realidade. De acordo com Brasil (2010, p. 72-73):

Nossas percepções sobre a realidade estão relacionadas com o modo como aprendemos a ver o mundo, a partir de nossas experiências anteriores e também do modo como fomos educados. Por isso, a percepção é efeito da cultura e determina nossos comportamentos, orientando nossa tomada de decisão referente ao que se percebe. [...] Assim, o risco e a percepção de risco são resultados de construções sociais, tendo uma dimensão física, subjetiva e multidimensional.

Outrossim, nos últimos anos, o aumento da percepção de risco de desastres passou a ser um dos focos das ações de proteção e Defesa Civil, sendo incluída nas atividades de formação e capacitação em gestão de risco de desastres (BRASIL, [2013]).

2.2 MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Um importante meio de promover a percepção de risco de desastres é a mobilização social, a qual está relacionada ao engajamento e participação da população para alcançar objetivos específicos. Ao mobilizar pessoas e organizações com o propósito de prevenir desastres, atuando sobre os riscos, cria-se uma cultura de prevenção, sustentada na percepção sobre os riscos (BRASIL, 2010).

A mobilização social é portanto uma importante estratégia para o desenvolvimento das ações da Defesa Civil no enfrentamento de desastres. Para que haja uma mudança cultural, é fundamental que se estabeleçam alianças entre as agências governamentais, o setor privado e as organizações da sociedade civil, objetivando a integração da redução de risco de desastre nas políticas e nos planejamentos (BRASIL, 2010).

Segundo Furtado e Lopes (2010, p. 84), para que as ações não estruturais desenvolvidas no pré-desastre sejam efetivas, é importante que “a prevenção se constitua em um processo contínuo de criação de redes de proteção, de consolidação de parcerias, e de atuação da comunidade frente às políticas necessárias para a comunidade”.

Ainda, Furtado e Lopes (2010) ratificam que a participação e a mobilização da sociedade são indispensáveis para conhecer os riscos, tomar medidas frente a estes, conscientizar e preparar a população, minimizando as vulnerabilidades, uma vez que são as pessoas nas comunidades as primeiras a enfrentar os desastres.

Portanto, a mobilização social e a construção de redes³ são estratégias importantes para o planejamento das ações de Defesa Civil nas diferentes etapas, em especial na prevenção, podendo ampliar a percepção de risco das pessoas e comunidades, colaborando com uma cultura de redução de risco e atuando para minimizar as vulnerabilidades locais (BRASIL, 2010).

2.3 POLÍTICAS E DIRETRIZES

As manifestações da comunidade internacional acerca do tema “desastres” vêm mudando de foco gradativamente. Um grande marco ocorreu em 1994, com a realização da I Conferência Mundial para Redução de Desastres, em Yokohama, Japão. A Conferência deu origem à Estratégia de Yokohama e Plano de Ação para um Mundo mais Seguro, documento que evidenciou a necessidade de ações no pré-desastre e apresentou pela primeira vez uma proposta de política de redução de desastres com orientações sociais comunitárias. Dessa forma, é importante salientar que:

3 Redes de organizações sociais são estruturas que envolvem diferentes segmentos sociais, como líderes políticos, mídias, grupos profissionais, comunidade, entre outros, visando à transformação social. Essas redes se constituem como espaços interinstitucionais e interpessoais de troca de experiências, de qualificação de informação e de articulação política (BRASIL, 2010).

A partir de então, as discussões deixaram de ser centradas exclusivamente nos aspectos técnicos e científicos e passaram a incluir a vulnerabilidade de populações e seus fatores sociais – as tradições culturais, as crenças, as questões econômicas, a confiança, o comprometimento político e assim por diante. (BRASIL, 2010, p. 65)

A Estratégia Internacional para Redução de Desastres (EIRD) foi implementada pela Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2000, como sucessora da Década Internacional para Redução de Desastres, vigente entre 1990 e 1999. A missão da EIRD é tornar as nações e as comunidades mais resilientes frente a desastres naturais por meio do aumento da conscientização dos agentes envolvidos no âmbito nacional, regional e internacional (SILVA, 2012).

No entanto, a comunidade internacional despertou de vez, para atuar de modo a tornar o mundo mais seguro frente a desastres naturais, somente com o Marco de Ação de Hyogo (MAH), documento resultante da II Conferência Mundial para Redução de Desastres, ocorrida na província de Hyogo, Japão, em 2005. O MAH consistiu num plano constituído por cinco ações prioritárias, alinhadas aos objetivos da EIRD, ficando vigente por 10 anos (BRÜGGEMAN, 2009).

Entre as ações prioritárias do MAH estava a de “Construir uma cultura de segurança e de resiliência, através do conhecimento, da inovação e da educação”, a qual se baseava no entendimento de que o desastre:

[...] pode ser reduzido ou atenuado quando as populações estão devidamente informadas e quando elas adquirem uma cultura de prevenção, esta prioridade permite tornar as populações agentes ativas do processo de prevenção e de recuperação dos desastres, facultando um maior controle sobre os acontecimentos extremos. (RODRIGUES, 2013, p. 225)

A importância do envolvimento das comunidades na gestão de risco de desastres foi reafirmada na III Conferência Mundial para Redução de Riscos de Desastres, que ocorreu em março de 2015, na cidade de Sendai, Japão. O Marco de Sendai mantém o enfoque nas ações preventivas, também expressas no MAH, trazendo como primeira ação prioritária o desenvolvimento e a aplicação de políticas e práticas voltadas ao entendimento dos riscos de desastre, objetivando ações mais efetivas no pré-desastre (UNISDR, 2015).

No Brasil, apesar de o País ser um dos signatários do MAH, a gestão de risco de desastres começou a ser abordada com a devida importância após três eventos de grande magnitude e impacto social: enxurradas na região do Vale do Itajaí, em 2008; enxurradas em Alagoas e Pernambuco, em 2010; e enxurradas e movimentos de massa na Região Serrana do Rio de Janeiro, em 2011 (SHADECK et al, 2013).

Em especial, cabe ressaltar que:

O desastre que acometeu a população de Santa Catarina, em outubro de 2008, foi, sem dúvida, o marco da discussão sobre desastres e riscos de desastres no País. À época, expressões como áreas de riscos, mapeamento de áreas de riscos, gerenciamento de riscos e comunidades vulneráveis passaram a fazer parte do discurso de vários setores. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2012, p. 15)

Dessa forma, após o evento de Itajaí, o País buscou se aproximar e adequar às propostas internacionais, procurando adotar medidas para promover um maior envolvimento das comunidades nas atividades de defesa civil. A primeira ação nesse sentido foi a realização da 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, em 2009, que teve grande participação da sociedade civil e contou com 1500 delegados representantes dos Estados, Distrito Federal e Municípios, os quais destacaram a necessidade do fortalecimento das instituições de Defesa Civil municipais (SEDECs).

Um grande avanço, no âmbito nacional, foi a reformulação, por parte do Governo Federal, da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), por meio da Lei n. 12608, de 10 de abril de 2012, reforçando a intenção de se adaptar ao planejamento internacional. A PNPDEC dispõe sobre ações de Defesa Civil no gerenciamento dos riscos e dos desastres, trazendo dispositivos que fomentam a criação de uma cultura de prevenção e o aumento da percepção de risco nas comunidades, a exemplo do:

Art. 5º São objetivos da PNPDEC:

[...]

XIV - orientar as comunidades a adotar comportamentos adequados de prevenção e de resposta em situação de desastre e promover a autoproteção;

[...].

Art. 6º Compete à União:

[...]

XIII - apoiar a comunidade docente no desenvolvimento de material didático-pedagógico relacionado ao desenvolvimento da cultura de prevenção de desastres.

[...].

Art. 8º Compete aos Municípios:

[...]

IX - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

[...].

Art. 9º Compete à União, aos Estados e aos Municípios:

I - desenvolver cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre no País;

[...]. (BRASIL, 2012)

Ainda, a PNPDEC traz um dispositivo que acrescenta um parágrafo à lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, relatando que é dever dos agentes competentes a inclusão dos princípios da proteção e defesa civil nos currículos dos ensinos fundamental e médio, de forma integrada aos conteúdos obrigatórios (BRASIL, 2012).

Tal feito vem ao encontro do entendimento de Brüggeman (2010, p. 121), o qual afirma que:

Cabe à escola papel de formar alunos críticos, com capacidade de construir conhecimentos e atuar de maneira significativa na sociedade. [...] A escola pode e deve incluir no seu projeto político-pedagógico ações educativas com o tema “Percepção de risco e prevenção de desastres”.

Diante do exposto, percebe-se uma evolução, no âmbito nacional, das políticas e diretrizes relacionadas à gestão de risco de desastres. Ainda que de forma atrasada em relação às proposições internacionais, a regulamentação brasileira vem se encaminhando de forma a fomentar cada vez mais a criação de uma cultura de prevenção de desastres por parte de todos os envolvidos na gestão de risco de desastres.

2.4 PROMOÇÃO DA CULTURA DA PREVENÇÃO DE DESASTRES

A aplicação de medidas não estruturais, em especial em comunidades muito vulneráveis, é fundamental na gestão do risco de desastres. Furtado e Lopes (2010, p. 85) ressaltam que “dois aspectos são fundamentais para favorecer a resiliência de determinadas comunidades no enfrentamento aos desastres: organização comunitária e processos contínuos de ensino-aprendizagem”.

A organização comunitária é facilitada por meio de Núcleos de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs), formados por integrantes das próprias comunidades, tendo como objetivo planejar, promover e coordenar atividades de Defesa Civil. Os NUPDECs aumentam a integração das comunidades com os órgãos de Defesa Civil, contribuindo para uma mudança cultural no sentido de os cidadãos se conscientizarem da importância em aumentar sua própria segurança (LOPES, 2009).

Já o processo de ensino-aprendizagem na área de gestão de risco de desastres, envolvendo comunidades vulneráveis, é implementado por programas e projetos, principalmente no âmbito da educação não formal⁴. Nesse propósito, os Centros Universitários de Estudos Sobre Desastres (CEPEDs) são instituições parceiras do Ministério da Integração e de órgãos de Defesa Civil que elaboram e aplicam de forma ampla esses programas e projetos.

⁴ De maneira simplificada, educação não formal pode ser entendida como toda atividade educacional organizada executada fora do quadro do sistema formal (LA BELLE, 1986).

Um dos CEPEDs mais ativos na elaboração de materiais voltados a assuntos relacionados ao aumento da participação comunitária na parte preventiva da gestão de desastres é o da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Entre as campanhas elaboradas pelo CEPED/UFSC, algumas merecem destaque. O programa “Percepção de Risco: A Descoberta de um Novo Olhar” se destacou como uma campanha educativa para a cultura de prevenção de desastres, tendo como propósito a inclusão do tema no ensino fundamental e a contribuição para a formação de cidadãos conscientes dos riscos existentes. Foram utilizados kits educativos para escolas, um filme documentário sobre cultura de prevenção de desastres, e vinhetas que foram exibidas em comerciais de televisão. O projeto atingiu cerca de 1200 escolas de Santa Catarina, envolvendo aproximadamente 70000 alunos e 2000 professores. Além disso, foram formadas, como agentes multiplicadores, 16 lideranças comunitárias de Florianópolis e outros interessados (JUNGLES, [2010?]).

Em 2009, o CEPED/UFSC promoveu o curso à distância “Construindo Comunidades Mais Seguras: preparando para ação cidadã em Defesa Civil”, destinado a formar agentes de Defesa Civil. O curso objetivava tornar as comunidades mais seguras e consequentemente menos suscetíveis aos desastres, por meio da multiplicação dos conhecimentos em Defesa Civil, principalmente os relacionados a ações de prevenção. Foram utilizadas videoaulas, teleconferência e ambiente virtual para avaliações (LOPES, 2009).

No ano seguinte, o CEPED/UFSC realizou outra ação não estrutural com vistas a aumentar a noção de autoproteção das comunidades, especialmente as mais vulneráveis. O projeto “Promoção da Cultura de Riscos de Desastres” visava contribuir para a promoção da cultura de risco de desastres no Brasil, ampliando o nível de informação da população mais vulnerável ao risco, por meio da capacitação de agentes de Defesa Civil, formal ou informalmente constituídos. Foram realizadas oficinas de capacitação em 27 capitais brasileiras, que envolveram principalmente os temas “comunicação” e “percepção de risco de desastres”. Também foram publicadas 16 edições de produção técnica e jornalística com foco na promoção da cultura de risco, sendo que, segundo estimativa, as revistas chegaram a cerca de 60000 leitores. Ainda, foi realizada uma pesquisa-ação com o objetivo de compreender os aspectos que influenciam a percepção de risco no contexto da sociedade brasileira (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2012).

Em 2012, o CEPED/UFSC elaborou a proposta de um programa para introdução do tema “redução de risco de desastres” nas escolas de todo o País. Por meio de uma série de documentos, o Programa Brasil Cresce Seguro apresentava orientações para a implementação de atividades lúdicas e pedagógicas envolvendo o tema. O objetivo principal era construir comunidades mais resilientes, por meio da promoção e da

inserção do assunto “redução de risco de desastres” no cotidiano dos alunos e das comunidades. A campanha teve como público-alvo as crianças matriculadas nos anos iniciais do ensino fundamental, com idade média de 7 a 10 anos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2012b).

Assim, percebe-se que nos últimos anos houve uma grande contribuição por parte do CEPED/UFSC no sentido de aumentar o envolvimento das comunidades na gestão do risco de desastres. Isto vem a corroborar com a atual intenção das políticas e diretrizes nacionais e internacionais que versam sobre defesa civil em priorizar as ações pré-desastres.

3 CONCLUSÃO

A gestão de risco de desastres é atualmente o modelo adotado pela Defesa Civil para o enfrentamento de eventos adversos que venham a causar danos e prejuízos. Nesse contexto, as ações preventivas vêm se tornando prioridade, visto que demonstram melhores resultados em relação às ações pós-desastre.

Assim, para que se tenha uma gestão do risco efetiva, é extremamente necessária a construção de uma cultura de prevenção em todos os envolvidos nas atividades de defesa civil, em particular nas populações das comunidades mais vulneráveis. Para tanto, é de suma importância que as pessoas conheçam, entendam e saibam agir em situações de risco, ou seja, tenham uma boa percepção de risco.

Outrossim, a mobilização social é uma ferramenta muito importante na construção de uma cultura de prevenção. A participação de diferentes organizações e agentes, formando uma grande rede, facilita a divulgação de informações e a disseminação de conhecimento envolvendo risco de desastres.

Por parte do governo, nota-se um esforço considerável para tentar se aproximar às diretrizes que regem a gestão de risco de desastres no âmbito internacional, principalmente com a reformulação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Ainda assim, existe muito a se fazer para tornar as ações não estruturais efetivamente prioridade na gestão do risco de desastres, a exemplo da obrigação da inclusão do tema na educação formal, condição já prevista legalmente na PNPDEC.

Contudo, a partir de 2009, percebe-se certa frequência na elaboração de campanhas visando à promoção da cultura de prevenção. A esse respeito, o CEPED/UFSC produziu programas com o intuito de formar e capacitar agentes de Defesa Civil para atuar diretamente nas comunidades e elaborou projetos sobre prevenção de desastres com foco na educação de crianças em escolas.

Por fim, é importante salientar que, apesar de ter havido uma evolução, de maneira global, nas ações voltadas a aumentar a segurança das populações vulneráveis frente a desastres, o Brasil ainda se encontra bastante atrasado em relação a outros países, sendo necessário um maior comprometimento de todos os envolvidos no processo: governo, comunidade técnico-científica, população e demais agentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Gestão de riscos e de desastres: contribuições da psicologia**. Curso à distância / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED, 2010.

_____. Lei n. 12608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n. 12340, de 1º de dezembro de 2010, 10257, de 10 de julho de 2001, 6766, de 19 de dezembro de 1979, 8239, de 4 de outubro de 1991, e 9394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 abr. 2012.

BRÜGGEMAN, Fábio. **Percepção de Risco: a descoberta de um novo olhar** – livro do professor. Florianópolis: Defesa Civil de Santa Catarina, 2009. 144 p.

FURTADO, Janaína Rocha; LOPES, Daniela da Cunha. Mobilização Social na Gestão de Riscos e de Desastres. **Com Ciência Ambiental**, São Paulo, n. 28, p. 78-89, 2010. Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/09/Caderno-Edição28_Caderno.pdf>. Acesso em: 9 maio 2015.

GUZI, Diana; CARTAGENA, Sarah. Mudança Cultural e Percepção de Riscos de Desastres. **Com Ciência Ambiental**, São Paulo, n. 27, p. 72-81, 2010. Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/09/Caderno-Edição_27_Caderno.pdf>. Acesso em: 9 maio 2015.

JUNGLES, Antônio Edésio et al. **Projeto Educativo para Cultura de Prevenção de Desastres: A Descoberta de um Novo Olhar**. Florianópolis: CEPED/UFSC, [2010?]. Disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2008/01/Banner-Percepção-de-Riscos-pdf.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.

LA BELLE, Thomas. **Non formal education in Latin America and the Caribbean**. Stability, Reform or Revolution? New York: Praeger, 1986.

LOPES, Daniela da Cunha et al. **Construindo Comunidades Mais Seguras: preparando para ação cidadã em Defesa Civil**. Florianópolis: UFSC/CEPED; Brasília: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2009, 120 p. Disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/09/Livro-Final-Construindo-Comunidades-Mais-Seguras.pdf>> Acesso em: 2 maio 2015.

RODRIGUES, Teresa. A Estratégia Internacional de Redução de Desastres. **Revista Territorium**, Lousã, n. 17, p. 223-227, 2010. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/nicif/riscos/Documentacao/Territorium/T17_artg/24Territorium_223-227.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.

SANTA CATARINA, Defesa Civil. **Gestão de Risco de desastres**. Santa Catarina: Defesa Civil, [2013].

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (SEDEC). **Histórico da Defesa Civil**. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/historico-sedec>>. Acesso em: 10 maio 2015.

SHADECK, Rafael et al. A Atuação da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) na Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 6, 2013, Brasília. **Anais...** Brasília, 2013. Disponível em: <<http://consadnacional.org.br/wp-content/uploads/2013/05/072-A-ATUAÇÃO-DA-SECRETARIA-NACIONAL-DE-DEFESA-CIVIL-SEDEC-NA-GESTÃO-DE-RISCOS-E-RESPOSTA-A-DESASTRES-NATURAIS.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2015.

SILVA, Carlos Henrique Rubens Tomé. **Desastres Naturais e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/temas-e-agendas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/desastres-naturais-e-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 3 maio 2015.

UNITED NATIONS INTERNATIONAL STRATEGY FOR DISASTER REDUCTION (UNISDR). **Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030**. Sendai: UNISDR, 2015. Disponível em: <http://www.wcdr.org/uploads/Sendai_Framework_for_Disaster_Risk_Reduction_2015-2030.pdf>. Acesso em: 2 maio 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Promoção da cultura de riscos de desastres: relatório final**. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2012. 121 p.

_____. **Redução de riscos de desastres nas escolas**. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2012, 10 p. Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/10/reducao_de_riscos_de_desastres_nas_escolas_0.pdf>. Acesso em: 2 maio 2015.

PROMOTION OF DISASTER PREVENTION CULTURE

ABSTRACT

The present work is a study of disaster prevention culture by addressing the perception of disaster risk, social mobilization, the evolution of international and national guidelines and policies related to the theme, as well as some projects aimed

at promoting culture of prevention. The study was prepared by bibliographic and documentary research, in this case, using standardization in the international and national levels. Such research made it possible to analyze the importance of changing the focus of Civil Defense actions from the post to the pre-disaster, as well as regulatory developments involving the theme. In conclusion, a certain frequency in the production of projects was checked, with encouragement from the Ministry of Integration and Civil Defense agencies, aiming the promotion of the culture of prevention, especially in the most vulnerable communities. It was also noticed an evolution of international and national regulations relating to disasters, in order to give greater focus on preventive actions, particularly in non-structural measures. Still, a delay was noted in Brazil in comparison to other countries as regards the laws and policies.

Keywords: Culture of prevention. Risk perception. Programs.